



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB
PRÓ- REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROGRAD
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – ICEN
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA –
CNM**

IDER BORGES DA VEIGA

**Educação ambiental: Um estudo comparativo das políticas públicas e ações pedagógicas
no Brasil e na República de Cabo Verde**

**ACARAPE-CE
2019**

IDER BORGES DA VEIGA

Educação Ambiental: Um estudo comparativo das políticas públicas e ações pedagógicas no Brasil e na República de Cabo Verde

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciado em Ciências da Natureza e Matemática com habilitação em Biologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Barbosa de Sousa

ACARAPE-CE

2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Veiga, Ider Borges da.

V528e

Educação Ambiental: um estudo comparativo da políticas públicas e ações pedagógica no Brasil e na Republica de Cabo Verde / Ider Borges da Veiga. - Redenção, 2019.

23f: il.

Monografia - Curso de Ciências Da Natureza E Matemática, Instituto De Ciências Exatas E Da Natureza, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

Orientador: Márcia Barbosa de Sousa.

1. Educação ambiental. 2. Política ambiental. 3. Política pública. 4. Brasil. 5. Cabo Verde. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 304.2

IDER BORGES DA VEIGA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática do Instituto de Ciências da Natureza e Matemática da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciado em Ciências da Natureza e Matemática com habilitação em Biologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Barbosa de Sousa

Banca Examinadora

Aprovado em: 12 / 04 / 2019

Márcia Barbosa de Sousa

Prof.^a Dr.^a Márcia Barbosa de Sousa (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Viviane Pinho de Oliveira

Prof.^a Dr.^a Viviane Pinho de Oliveira (Examinadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Vanessa Lúcia Rodrigues Nogueira

Prof.^a Dr.^a Vanessa Lúcia Rodrigues Nogueira (Examinadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo Dom da Vida e por ter me proporcionado chegar até aqui;

Aos meus familiares, meu pai Antonino Semedo Veiga pelo seu esforço de me manter com esperança;

Aos meus amigos principalmente a Sonia Mendes Tavares e Luís Mendes Tavares, por terem me dado forças nessas caminhada e serem quase meus pais na hora difíceis da vida, por terem me ajudado conseguir ir para a escola Liceu e ter ajudado bastante para que eu viesse para o Brasil;

Agradeço imensamente a comunidade onde cresci que contribuiu na compra da minha passagem e tem me ajudado de toda forma possível para que eu faça uma graduação;

Agradeço em especial, ao Sr. Domingos Fernandes pelo reconhecimento do meu esforço, me acompanhando de perto para que eu conseguisse terminar o ensino médio, que foram anos de luta intenso, e pelo seu esforço em pedir apoio financeiro junto à comunidade da Associação Funerária de Ponta de Agua;

A Associação Funerária de Ponta de Agua por minha passagem e po manteve nos primeiros meses no Brasil. Que Deus nosso criador os abençoe e que se tornem cada vez mais prósperos;

A minha orientadora Professora Dr.^a Márcia Barbosa de Sousa pela disponibilidade, paciência e esforço em me ajudar, não só na construção deste trabalho de conclusão de curso, mas também ao longo do meu percurso aqui na Universidade, começando pelo PIBID, nas disciplinas em que foi minha professora, nos trabalhos que me orientou e nas inúmeras aprendizagens, meus profundos agradecimentos. A sua dedicação e disponibilidade é sempre um motivo de admiração e orgulho para mim e me sinto agraciado de ser seu aluno e orientando;

Aos meus queridos (as) professores e professoras que sempre souberam estar ao meu lado para ensinar, apoiar e orientar. Considero á presença de vocês em minha vida, algo de grande valor e não consigo descrever a importância que cada um representa na minha formação acadêmica e pessoal. Meus profundos agradecimentos. Uma promessa que faço a todos vocês é de ser para meus futuros alunos aquilo que vocês foram para mim;

Aos meus amigos, amigas, colegas, irmãos que sempre souberam me apoiar e dar força, considero muito suas palavras e amizades. Vocês foram muito importantes para mim e sem vocês as dificuldades que nos enfrentamos dia-a-dia seriam ainda maiores para enfrentar.

Considero muito paciência de todos vocês ao ouvir meus desabafos, que como sabemos é a música que sempre cantamos nesta vida de estudante;

Agradeço também a todos os estudantes e professores da Escola de Ensino Médio Padre Saraiva Leão, pelo apoio, compreensão e por me receberem nos estágios e PIBID e me ajudarem sempre que é possível, pois, sem a colaboração de vocês esse trabalho não seria desenvolvido;

A banca examinadora, as professora Dr^a Viviane Pinho de Oliveira e Professora Dr^a Vanessa Lúcia Rodrigues Nogueira pelas valiosas contribuições;

E por fim, meus profundos agradecimentos A UNILAB, representado por todos seus servidores, professores, técnicos, estudantes e todas as pessoas que a constitui. Tenho um imenso orgulho de fazer parte desta família, apesar de todos os problemas, o meu desejo é que ela continue existindo, formando pessoas mais solidárias e tolerantes uns com outros neste mundo tão diverso.

*“A morte do homem começa no instante em que ele
desiste de aprender.”*

(Albino Teixeira)

RESUMO

Educação Ambiental (EA) não é um meio só pelo qual o indivíduo aprende coisas sobre a natureza, mas sim um meio pelo qual o sujeito vai aprender a importância da mesma e como o seu papel é fundamental para compreender e manter o equilíbrio, com isso este trabalho teve como objetivo fazer um estudo comparativo das políticas públicas e ações de Educação ambiental no Brasil e República de Cabo Verde, contextualizando suas ações no ambiente escolar. Para fazer esse trabalho foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. As referências teóricas publicadas foram consultadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre a Educação ambiental no Brasil e República de Cabo Verde. Foi feita uma análise das políticas e ações ligadas a educação ambiental no Brasil e na República de Cabo Verde. O estudo mostra que com a publicação da Lei 9.795, de 27/4/99, que dispõe sobre a educação ambiental, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, a questão tomou força, pois a implantação e aplicação da Educação Ambiental como disciplina passou a ser obrigatória no ensino, portanto, no Brasil existem leis que tratam sobre educação ambiental e, que foi ao longo dos anos, ganhando cada vez mais força. Já na República de Cabo Verde, existem apenas programas implementados nas escolas que trabalham as questões ambientais. No entanto, os estudos ainda revelam que em ambos os países, ainda há necessidade de se trabalhar as questões ambientais de forma a conscientizar os indivíduos a preservar o meio ambiente, e também a necessidade de formar mais professores ou pessoas capacitadas a trabalhar questões ambientais o que torna país mais desenvolvido.

Palavras-chaves: educação ambiental, conscientizar, aprendizagem.

ABSTRACT

Environmental Education (EA) is not only a means by which the individual learns things about nature, but rather a means by which the subject will learn the importance of it and how its role is fundamental to understanding and maintaining balance, with that this work aimed to make a comparative study of public policies and environmental education actions in Brazil and the Republic of Cape Verde, contextualizing their actions in the school environment. To do this work was used the method of bibliographical research from the survey of theoretical references already analyzed, and published by written and electronic media, such as books, scientific articles and web site pages. The published theoretical references were consulted with the objective of collecting information or previous knowledge about Environmental education in Brazil and the Republic of Cape Verde. An analysis of policies and actions related to environmental education was carried out in Brazil and in the Republic of Cape Verde. The study shows that with the publication of Law 9.795, dated 4/27/99, which provides for environmental education, which instituted the National Policy on Environmental Education, the issue took force, since the implementation and application of Environmental Education as a discipline to be compulsory in education, therefore, in Brazil there are laws that deal with environmental education and, over the years, have been gaining strength. In the Republic of Cape Verde, there are only programs implemented in schools that work on environmental issues. However, studies still show that in both countries, there is still a need to work on environmental issues in order to raise awareness of environmental issues, as well as the need to train more teachers or people trained in environmental issues. which makes it more developed country.

Keywords: environmental education, awareness, learning.

SÚMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. METODOLOGIA.....	10
3. DESENVOLVIMENTO.....	10
3.1 Educação ambiental no Brasil - histórico e atuação.....	10
3.2 Educação ambiental na República de Cabo Verde - histórico e perspectivas.....	12
3.3 Educação ambiental nas escolas no Brasil– uma abordagem contextualizada.....	15
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19

1. INTRODUÇÃO

1.1. Educação Ambiental como prática político-pedagógica

Educação Ambiental (EA) não é um meio só pelo qual o indivíduo aprende coisas sobre a natureza, mas sim um meio pelo qual o sujeito vai aprender a importância da mesma e como o seu papel é fundamental para compreender e manter o equilíbrio, visando a melhor qualidade de vida para todos. A EA é considerada inicialmente como uma prevenção as intervenções ecológicas com a conscientização, chamando a atenção para a má distribuição dos recursos naturais, assim como esgotamento, e dessa forma envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas (CARVALHO, 2005).

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/1999, Art 1º a EA pode ser entendida como processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999). Dessa forma, a EA se caracteriza por uma atividade prática e permanente que deve ser de caráter intencional, promovendo mudanças de comportamento e as consequências temporárias e permanentes causadas ao meio.

Na Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária que ocorreu em Chosica no Peru em 1976 a EA é deve ser permanente e desenvolvida a partir de habilidades nos educando. “A Educação Ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens, estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados dessas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação” (MMA, 2019).

Na Conferência Intergovernamental de Tbilisi em 1977, a EA foi relacionada a prática de tomada de decisões e ética (MMA, 2019):

“A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida”.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012), a EA é uma dimensão da educação que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter

social, em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos para que se potencialize a atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Reigota (1994) compreende que a EA deve estar inserida em todos os aspectos que educam o cidadão, seja no espaço social, cultural, político ou educacional. Segundo a Loureiro (2015) a EA é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitam o entendimento da realidade de vida e a atuação lúdica e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente.

A EA consiste em um instrumento estratégico na reversão do quadro de degradação socioambiental, como uma ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global com vistas à participação sociopolítica e à constituição de ações coletivas na esfera pública (NOVICKI; SOUZA, 2010; FURTADO, 2010).

Diante dos conceitos, das políticas e práticas pedagógicas apresentadas sobre a EA este trabalho teve como objetivo fazer um estudo comparativo das políticas públicas e ações de Educação ambiental no Brasil e na República de Cabo Verde, contextualizando suas ações no ambiente escolar.

2. METODOLOGIA

Para a realização do trabalho foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica básica do tipo descritiva a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios impressos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. As referências teóricas publicadas foram consultadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre a Educação ambiental no Brasil e na República de Cabo Verde. A pesquisa bibliográfica se baseia em investigações sobre ideologias ou à análise das diversas posições acerca de um problema (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Educação Ambiental no Brasil – histórico e atuação

O Brasil é um país que integra a América do Sul e apresenta extensão territorial de 8.514.876 km². É o quinto maior país do planeta, só é menor que os territórios da Rússia, Canadá China e Estados Unidos. A abundância territorial faz com que o Brasil tenha quatro fusos, uma vez que no sentido Leste-Oeste é bastante extenso (MUNDO EDUCAÇÃO, 2009).

No Brasil, os problemas ambientais começaram a ser discutidos no final dos anos 1960, início dos anos 1970, baseados em constatações científicas sobre os danos que estavam sendo causados ao planeta pela exploração dos recursos naturais com conseqüente degradação do meio ambiente. O consumo desenfreado produzido pela industrialização, a ausência de cuidado com a destinação de resíduos sólidos e a falta de comprometimento com a reparação dos problemas causados, ocasionava impacto ambiental. Alguns episódios, também demonstravam a influência do crescimento desordenado na vida da população e na saúde do meio ambiente, tidos como mal necessário para o progresso (SANTOS; GARDOLINSKI, 2013; GOLDEMBERG; BARBOSA, 2004).

A história da Educação Ambiental no Brasil pode ser evidenciada em dois acontecimentos, como descreve Czapski (2008), no livro os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil:

Para muitos especialistas, 1997 foi o Ano da Educação Ambiental no Brasil. Dois fatos podem ajudar a entender a ascensão do tema, que fez do ano um marco para quem estuda a história da Educação Ambiental brasileira. Por um lado, a comemoração das duas décadas de realização da Conferência de Tbilisi. Promovida pela Unesco em 1977, na capital da Geórgia, Ex-União Soviética, ela resultou num documento final que é base para a moderna visão da educação ambiental (EA, como chamaremos daqui em diante). Por outro, era momento de avaliar os cinco anos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Mais conhecida como Rio 92, foi nela que se finalizou a construção do Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, referência para quem quer fazer EA em qualquer parte do mundo.

O Brasil no seu contexto adquire características peculiares e uma estruturação que torna o país um destaque no cenário internacional em relação a Educação Ambiental. Isso se dá por sua especificidade histórica, a diversidade de agentes sociais e de documentos que foram produzidos (BIANCHINI *et al.*, 2015).

No seu histórico de criação de políticas públicas em EA o Brasil começou em 1973 com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema). Alguns anos depois, em 31 de outubro de 1981, veio a ser sancionada a Lei no 6.938, instituidora da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), definindo os seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Esta lei criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), implicando, entre outros aspectos, a constituição do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). (BRASIL, 1981; NOVICKI; SOUZA, 2010).

Em 1988, a EA teve a sua importância reforçada ao ser destacada na Constituição Federal, como uma forma de assegurar o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e de defesa e preservação ambiental para as gerações presentes e futuras, cujo o artigo 225 enfatiza que “Todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de

defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1981; BRASIL, 1988; ANDRADE; LUCA; SORRENTINO, 2012).

Outro destaque no artigo 225 da Constituição Federal de 1988 se refere a atribuição ao Governo Federal sob responsabilidade de promover a EA: “promover a Educação Ambiental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1981; BRASIL, 1988).

A grande conferência de renome internacional ocorreu no Brasil e colocou o país definitivamente em mobilização para combater os problemas ambientais. Em 1992, a ONU organizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), no Rio de Janeiro, que reuniu mais de 18 mil pessoas de centenas de países, e se transformou num momento especial para a evolução da Educação Ambiental. Desse evento, originaram-se três documentos que estão entre as principais referências para educação ambiental: Agenda 21, Carta Brasileira para a Educação Ambiental e Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. A Agenda 21 foi apresentada como um programa de ação global, propondo ações para um novo modelo de desenvolvimento, com o uso sustentável dos recursos naturais e preservação da biodiversidade, e pensando a qualidade de vida das futuras gerações por meio da educação. A Carta Brasileira para a Educação Ambiental cobrou o compromisso do poder público federal, estadual e municipal para o cumprimento da legislação brasileira na inserção da educação ambiental em todos os níveis de ensino (LIMA, 1999).

Em 1999, ocorreu a promulgação da lei 9.795/99 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), oferecendo amparo legal à Educação Ambiental (EA), responsabilizando e envolvendo todos os setores da sociedade, e incorporando oficialmente a EA nos sistemas de ensino (ARAÚJO; OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2007).

A lei tornou obrigatória a educação ambiental como processo educativo, formal ou não-formal, para todos os atores sociais de forma articulada (BRASIL, 2012):

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

Na última década intensificou-se o processo de institucionalização da produção acadêmica e da consolidação da educação ambiental como campo social no Brasil. Esse processo é reflexo de um movimento histórico de cerca de quatro décadas, promovido por agentes sociais vinculados aos mais diferentes setores da sociedade, portadores de discursos ancorados em práticas distintas (LIMA, 2011).

No Brasil, grande parte das instituições que promovem educação ambiental são públicas (órgãos federais, estaduais e municipais; escolas públicas de ensino médio e fundamental;

universidades públicas), seguidas por organizações sociais (instituições da sociedade civil ou mistas, como conselhos e consórcios) e, instituições privadas (CARVALHO, 2005).

3.2. Educação Ambiental na República de Cabo Verde – histórico e perspectivas

República de Cabo Verde é um país de origem vulcânica as ilhas formaram-se pela acumulação de rochas, resultante de erupção sobre as plataformas submarinas, ocorrida a milhões de anos. A ilha do Maio é a mais antiga e, a ilha do Fogo o mais recente. República de Cabo Verde é constituída por 10 ilhas e 13 ilhéus, dividindo em dois grupos: Barlavento e Sota-vento. O país possui uma área territorial de 4.033 km² e um espaço marítimo de cerca de 700.000 km² (150 vezes maior que o espaço terrestre) sendo Santiago (992 km²) a maior ilha e a Santa Luzia (34 km²) a menor (TAVARES, 2017).

O arquipélago República de Cabo Verde, como país insular, possui ecossistemas frágeis, que a tornam muito vulnerável ecologicamente (com a biodiversidade ameaçada) e economicamente (com reduzidos recursos e oportunidades de desenvolvimento), agravada pela seca, que gera vários tipos de crises no país. Essas dificuldades fizeram emergir o setor turístico, como uma das poucas oportunidades para o crescimento do país (TAVARES, 2017).

Nas estratégias expressas em grandes opções para o desenvolvimento, o ambiente é um dos temas mais importantes na República de Cabo Verde. Projeta-se uma sociedade dotada de uma consciência ecológica desenvolvida adotando medidas de preservação de forma sistemática e transversal (FURTADO, 2010).

Logo após a independência, os sucessivos governos Cabo-verdianos têm se mostrado preocupados com a questão da preservação dos ecossistemas e com o enquadramento das organizações de gestão ambiental (FURTADO, 2010). Em cumprimento do disposto no artigo 70º da Constituição da República, a Lei nº86/IV/93 que define as leis de base da política do ambiente, consagra no seu artigo 2º que “todos os cidadãos têm direito a um ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender” e, no seu artigo 41º a inclusão da componente ambiental e dos valores herdados na educação básica e na formação profissional bem assim como o incentivo a sua divulgação através dos meios de comunicação social, devendo o Governo produzir meios didáticos de apoio aos docente (FURTADO, 2010).

De acordo com os planos estratégicos da educação, o setor da educação deverá ser atingido através do reforço nos currículos e nas práticas pedagógicas do ensino secundário, dos valores relacionados com a cidadania, democracia, o trabalho, a solidariedade e a criação de condições para que possam ser debatidos e implementados nas escolas temas específicos relacionados com segurança, o bem-estar e o ambiente. O fortalecimento dos valores culturais e cívicos fazem parte

dos grandes objetivos a serem retomados (FURTADO, 2010). Em 1990, foi implementado o PFIE (Programa de Formação e Informação para o Ambiente) para a Inclusão da Educação Ambiental no Ensino Formal em Cabo Verde. O PFIE desenvolveu ações de sensibilização, comunicação, formação, animação nas escolas e elaboração de materiais didáticos, tendo como público-alvo prioritário a comunidade educativa do ensino básico. As ações ocorreram durante 10 anos e foram contempladas 200 escolas e 52.462 alunos, de acordo com o Segundo Plano Acção Nacional para o Ambiente PANA II (MINISTÉRIO DO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCAS GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO, 2004).

A formação constitui uma ação prioritária do PFIE que atuou na formação docente, abrangendo um total 3.000 professores, tendo recebido formação em Educação Ambiental. O PFIE atua na capacitação de toda comunidade escolar no processo educativo envolvendo diretores, gestores e coordenadores pedagógicos do Ensino Básico, contribuindo também com na capacitação de animadores rurais, sociais e jornalistas. No Instituto Pedagógico (Escolas de Formação de Professores do Ensino Básico), a partir de 1994, a E.A é integrada na formação inicial dos professores do ensino básico (FURTADO, 2010).

O PFIE permitiu um melhor desempenho dos Gestores, Diretores, Coordenadores e, especialmente, dos Professores nomeadamente no que diz respeito à planificação das aulas, a uma maior familiarização com os materiais pedagógicos (programas e manuais), a um melhor conhecimento do meio, à elaboração de micro -projetos de Educação Ambiental e à mobilização de parceiros (FURTADO, 2010). As ações desenvolvidas pelo PFIE provocaram nos alunos mudanças positivas de aprendizagem de conteúdos sobre EA, maior participação nas atitudes e desenvolvimento de valores na temática. O programa mudou o aspecto das escolas e o comportamento dos alunos e, especialmente, a higiene, a conservação e a criação de espaços verdes, o embelezamento e o desenvolvimento de atitudes favoráveis ao ambiente (PANA II, 2004; FURTADO, 2010)

O desenvolvimento sustentável, visão de desenvolvimento assumida pelo Governo de Cabo Verde nas Grandes Opções do Plano, considera ainda a formação e a valorização dos recursos humanos como essencial ao desenvolvimento do país e o fortalecimento dos valores culturais e cívicos como um dos eixos prioritários de intervenção (FURTADO, 2010). O fortalecimento dos valores culturais e cívicos deverá ser atingido, através do reforço nos currículos, das práticas pedagógicas do ensino básico e secundário, dos valores relacionados a cidadania e a democracia, do trabalho e a solidariedade e da construção de debates nas escolas com temas relacionados com a segurança, o bem-estar e o ambiente são os grandes objetivos do Plano Estratégico da Educação (PANA II, 2004; FURTADO, 2010).

Em Cabo Verde, o turismo possui particularidades que fazem ressaltar a sua importância a nível estratégico. O crescimento sustentável depende de um planeamento adequado, envolvendo aspectos ambientais e sociais, dada a sensibilidade dos ecossistemas e a biodiversidade do arquipélago, a atividade suscita vários problemas relacionados com a pressão nos escassos recursos (SOARES 2011).

Diante dos problemas ambientais na República de Cabo Verde, percebeu-se da necessidade de se integrar aos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais (FERNANDES, 2011). Nos primeiros anos da independência, adaptou-se a nível nacional, uma política de conservação do solo, da água e recuperação das florestas. Assim, adaptou-se medidas que consistiam na definição de Programas de emergência que pudessem resolver o problema de erosão do solo, da carência de água e da desertificação constante no país, além de promover o desenvolvimento da produção agro-Silvo-Pastoril, com objetivo de conservar e promover o património ecológico (FERNANDES, 2011).

Adotando uma visão ampla, em Cabo Verde, para se combater os problemas ambientais, ligados à escassez dos principais recursos naturais, são necessárias ainda inovadoras atitudes que protejam e respeitem a natureza. São urgentes novas propostas de manejo que facilitem o uso racional dos recursos disponíveis. São necessários instrumentos que permitam tanto a preservação como a valorização dos recursos, embasados em conceitos novos como a sustentabilidade ambiental. Trata-se de um processo que requer uma combinação de vontade política dos poderes instituídos com a participação efetiva das populações e com o apoio da comunidade internacional - uma forma de combater a pobreza tida como causa e efeito da degradação do ambiente (FERNANDES, 2011)

3.3. Educação Ambiental nas escolas no Brasil– uma abordagem contextualizada

A educação constitui-se a mais poderosa de todas as ferramentas de intervenção no mundo para a construção de novos conceitos e conseqüente mudança de hábitos, é caracterizada como um instrumento de construção do conhecimento, é por ela que todo o desenvolvimento intelectual conquistado é passado de uma geração a outra (CHALITA, 2002),

A escola é um espaço privilegiado para estabelecer conexões e informações, como uma das possibilidades para criar condições e alternativas que estimulem os alunos a terem concepções e posturas cidadãs, cientes de suas responsabilidades e, principalmente, perceberem-se como integrantes do meio ambiente. A educação formal continua sendo um espaço importante para o desenvolvimento de valores e atitudes comprometidas com a sustentabilidade ecológica e social (LIMA, 2004).

Quando falamos da escola, devemos saber que se trata de uma instituição de ensino inserida em certa comunidade que tem os seus usos e costumes, cuja missão é formar os alunos. Por isso, entende-se que a escola não pode trabalhar de forma isolada com os elementos desta comunidade, mas sim, precisam integrar os elementos dessa comunidade nas decisões e rumos que a escola deve seguir para que os alunos saiam bem formados. Os problemas ambientais afetam todo o mundo, e a EA constitui-se como uma estratégia para se alcance as mudanças desejadas na atual educação (NARCIZO, 2009).

É indispensável que em todas as escolas existir disciplinas que trata desses assuntos com isso concordo com Narcizo (2009, p. 88) quando afirma que:

“Educação Ambiental deve continuar fazendo parte do dia-a-dia das crianças, adolescentes e jovens, seja inserida nas diversas disciplinas e conteúdo, interdisciplinarmente, seja no ambiente escolar, na convivência com professores, diretores e demais funcionários da escola.”

Santos e Silva (2017) também enfatiza que a EA deve continuar fazendo parte do dia-a-dia das crianças, adolescentes e jovens, seja inserida nas diversas disciplinas e conteúdos, interdisciplinarmente, seja no ambiente escolar, na convivência com professores, diretores e demais funcionários da escola. Com isso, pode-se afirmar que não existe um único lugar, nem idade para aprender a educação ambiental, ela pode e deve ser aprendida em casa na sociedade e nas escolas e ter continuidade durante toda a vida. Guimarães (2004) defende que “A educação ambiental deve ser um processo contínuo e permanente, iniciando em nível pré-escolar e estendendo-se por todas as etapas da educação formal ou informal”.

A educação ambiental de ser aprendido desde criança, ou seja, em casa antes de iniciar os estudos, a criança ao encontrar uma boa prática na família, vai se desenvolver cada vez mais nas escolas. A sociedade atual apresenta muitos problemas relacionados ao meio ambiente o que preocupa e prevê questionamentos: como será que as escolas estão trabalhando esse tema? Como os alunos estão adquirindo essa prática educativa ambiental? e como estão levando para a comunidade? Com isso concordo com Narcizo 2009 quando afirma que:

“A Educação Ambiental deve ser trabalhada na escola não por ser uma exigência do Ministério da Educação, mas porque acreditamos ser a única forma de aprendermos e ensinarmos que nós, seres humanos, não somos os únicos habitantes deste planeta, que não temos o direito de destruí-lo, pois da mesma forma que herdamos a terra de nossos pais, deveremos deixá-la para nossos filhos.”

Há diversas necessidades de se ter uma boa educação ambiental, pois muitos dos problemas ambientais que temos hoje, os principais motivos são por falta de conhecimento e nesse ponto que a escola tem um papel importante sobre educação ambiental, pois a crianças, jovens que vão para escola adquirindo esses conhecimentos, eles contribuem para melhoria do comportamento inconsciente da família, com isso segundo Narcizo (2009) “a escola é o espaço social e o local onde

o aluno dará sequência ao seu processo de socialização, iniciado em casa, com seus familiares". Assim, é evidente a importância da escola no processo de formação, tanto social quanto ambiental, dos seus alunos.

Comportamentos ambientalmente corretos devem ser assimilados desde cedo pelas crianças e devem fazer parte do seu dia-a-dia quando passam a conviver no ambiente escolar. Para isso, é importante terem o exemplo daqueles que exercem grande influência sobre eles: seus professores. É comum vermos professores que falam sobre o problema do desperdício de água nas aulas de Ciências e exibem comportamentos totalmente contrários quando saem das salas, desperdiçando água ainda na escola e até mesmo em casa, com torneiras e mangueiras que permanecem abertas enquanto a água corre pela rua, ao lavarem seus carros ou a frente de suas casas. São comportamentos que afetam diretamente as crianças, que passam a ver os temas estudados apenas como conteúdo, sem utilidade na vida real, fora da escola (NARCIZO, 2009).

Em seu artigo intitulado Educação ambiental nas escolas Cuba (2010) propõe que a Educação Ambiental deixe de ser um tema transversal e passe a ser uma disciplina separada, assim, se daria uma importância maior ao tema e se teria mais tempo para trabalhar com a conscientização das pessoas desde a escola, pois se continuar sendo tratada como tema transversal acabará sempre como fator secundário no cenário educacional.

Mais do que ensinar termos técnicos e definições, é dever da escola ensinar a amar o ambiente, a reconhecê-lo como um lar, respeitando-o e preservando-o. Para isso, no entanto, é necessário que os próprios professores entendam o ambiente como tal, sem distinções entre casa, rua ou escola. O ambiente, ainda que diferenciado, é único. Nosso planeta é um só e é de todos. Ninguém tem o direito de destruí-lo, visto que é um bem comum, sem o qual a vida corre perigo de não mais existir. Um dos modos de se trabalhar a interdisciplinaridade são os projetos de Educação Ambiental, que podem e devem ser desenvolvidos nas escolas a fim de fomentar a criatividade e o raciocínio dos alunos, através de atividades dinâmicas e participativas, unindo teoria à prática (NARCIZO, 2009).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil existem leis que tratam sobre educação ambiental, que ao longo dos anos, vem cada vez mais sendo desenvolvida. O estudo mostra que com a publicação da Lei 9.795, de 27/4/99 no Brasil, que dispõe sobre a educação ambiental e que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, a questão tomou força, pois a implantação e aplicação da Educação Ambiental como disciplina passou a ser obrigatória no ensino, mesmo de modo transversal.

Já em República de Cabo Verde, existem apenas programas implementados nas escolas que trabalham as questões ambientais como o PFIE (Programa de Formação e Informação para o Ambiente) para a Inclusão da Educação Ambiental no Ensino Formal.

Como na República de Cabo Verde possui ecossistemas frágeis, que a tornam muito vulnerável ecologicamente e economicamente, agravada pela seca, que gera vários tipos de crises no país, ainda há uma grande necessidade de se trabalhar questões ambientais nos indivíduos para que os cidadãos cabo-verdianos tornem-se cada vez mais conscientes.

A escola tem um papel importantíssimo na formação do indivíduo, é lá que os indivíduos começam a ter consciências e ética sobre o meio ambiente.

Os estudos ainda revelam que em ambos os países, ainda há necessidade de se trabalhar as questões ambientais de forma a conscientizar os indivíduos, a preservar o meio ambiente, e a formar os professores ou pessoas capacitadas a trabalhar questões ambientais para tornar país mais desenvolvido.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, D. F; LUCAS, A. Q; SORRENTINO. M. **O diálogo em processos de políticas públicas de educação ambiental no Brasil.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 613-630, abr.-jun. 2012.

ARAÚJO, M. L; OLIVEIRA, M. M.; NOGUEIRA, R. **A prática pedagógica em educação ambiental dos professores de biologia em Porto Velho - Ro.** In: VI ENPEC - Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2007, Santa Catarina -Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

BIANCHINI, D. C; FANK, J. C; RODRIGUES, D. S. P; Rodrigues, A. C. **Sustentabilidade e Educação Ambiental na Escola Estadual de Ensino Fundamental Waldemar Sampaio Barros.** Revista Monografias Ambientais. Educação Ambiental. 2015, p. 188-194, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 1981.

BRASIL. Lei n. 9795 - 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental. **Política Nacional de Educação Ambiental.** Brasília, 1999.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012, que estabelece as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**, 2012.

CARVALHO, I. C. M. **Discutindo a Educação Ambiental a partir do diagnóstico em quatro ecossistemas no Brasil.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 301-313, maio/ago. 2005.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** 2. ed. São Paulo (SP): Cortez Editora; 256p, 2006.

CARVALHO, K. G. **A importância da educação ambiental na escola.** 09 a 13 de dezembro, 2013.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto.** São Paulo: Gente, 2002.

CZAPSKI, S. **Os Diferentes Matizes da Educação Ambiental no Brasil.** Brasília, DF: MMA, Série Desafios da Educação ambiental, 290p. 2008.

FERNANDES, E. P. **Os Problemas Ambientais em República de Cabo Verde: Políticas e Medidas de Proteção Ambiental.** Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais Especialização Globalização e Ambiente Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <
https://run.unl.pt/bitstream/10362/7213/1/DISSERTA%20C3%87%20C3%83O__01_07_2011_%209Altima%20Vers%20A3o1.pdf> Acesso em: 04 março de 2019.

FURTADO, M. G. T. **A inclusão da Educação ambiental no ensino pré – escolar.** Dissertação apresentada à Universidade de República de Cabo Verde, Junho, p 31-33, 2010.

GOLDEMBERG, J.; BARBOSA, L. M. **A legislação ambiental no Brasil e em São Paulo**. Revista Eco 21, Rio de Janeiro, n.96, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=954> >. Acesso em: 04 março de 2019.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papyrus, 2004.

LIMA, G. F. da C. **Educação ambiental: formação, identidades e desafios**. Campinas: Papyrus, 2011.

LIMA, G. da C. **Questão ambiental e educação: contribuições para o debate**. Ambient. soc. [online], n.5, pp.135-153, 1999.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 263p. ISBN 9788524917172.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCAS GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO. **Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente**. República de República de Cabo Verde.v. 1, Praia, Março de 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Conceitos de Educação ambiental**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>>. Acesso em 4 de março de 2019.

MUNDO EDUCAÇÃO. **A área do Brasil**. Disponível em <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/area-brasil.htm> >. Acesso em 4 de março de 2019.

NARCIZO, K. R. dos S. **UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS**. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 22, janeiro a julho de 2009.

NOVICKI, V; SOUZA, D. B. **Políticas públicas de educação ambiental e a atuação dos Conselhos de Meio Ambiente no Brasil: perspectivas e desafios**. Rio de Janeiro, dezembro, 2010.

PANA II. **Plano de Acção Nacional para o Ambiente**. Praia, 2004.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 62 p., 1994.

SANTOS, C. F.; SILVA, A. J. **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO INFANTIL COM A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS**. Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 4-19, out.2016/mar de 2017.

SANTOS, S.P; GARDOLINSKI, T. H. A. **A importância da educação ambiental nas escolas para a construção de uma sociedade sustentável**. XIII JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – JEPEX 2013 – UFRPE: Recife, 09 a 13 de dezembro, 2013.

SOARES, M. R. S. B. **Avaliação Ambiental em Cabo Verde – aplicação à atividade turística**. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro 2011. Disponível em: <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3813/1/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20Ambie>

ntal%20em%20Cabo%20Verde%20%E2%80%93%20Aplica%C3%A7%C3%A3o%20C3%A0%20Actividade%20Turistica.pdf > Acesso em: 20 março de 2019.

TAVARES, N. P. **Inventário Arqueológico de República de Cabo Verde: contributo para uma ferramenta de gestão e valorização do Património Cultural**, v. 1, 2017. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.